



## Prefeitura Municipal de São José do Calçado

## LEI Nº. 2005/2017

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE  
UM AUXILIAR ADMINISTRATIVO, PARA A  
CÂMARA MUNICIPAL E DA OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

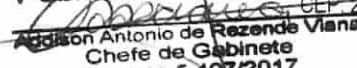
A Câmara Municipal de São José do Calçado, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que aprovou e o Prefeito Municipal SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a celebrar contrato administrativo de prestação de serviço, com prazo até dia 31 de dezembro de 2017, a partir da Publicação da presente Lei, para admissão de 01 Auxiliar Administrativo para atender as necessidades excepcionais e emergenciais da Câmara Municipal.

**Art. 2º.** É proibida a contratação, nos termos desta Resolução, de servidores das administrações direta e indireta, da União, dos Estados e dos Municípios, exceto as acumulações permitidas constitucionalmente.

**Art. 3º.** Na contratação de que trata esta Resolução será observado o valor do vencimento pago aos Auxiliares Administrativos enquadrados no Nível I, Padrão A, do quadro de servidores efetivos da Câmara Municipal, conforme dispõe o Anexo I da Lei nº. 1.339, de 23 de dezembro de 2005.

**Art. 4º.** Aplicam-se ao pessoal contratado os mesmos deveres, proibições e responsabilidades vigentes para os servidores públicos municipais efetivos integrantes da Câmara Municipal, além daqueles descritos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e nas Resoluções nº. 224 e 225/2005.

PUBLICAÇÃO OFICIAL  
Publicado em 13/11/17  
  
Adilson Antonio de Rezende Viana  
Chefe de Gabinete  
Decreto 5.497/2017

Praça Pedro Vieira, 58, Centro – São José do Calçado-ES  
CEP 29470-000 - CNPJ nº 27.167.402/0001-31 ☎ (28) (28)3556-1120/R 219/3556-1612





## Prefeitura Municipal de São José do Calçado

**Art. 5º.** As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado, nos termos desta Resolução, serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de 30 (trinta) dias e assegurada à ampla defesa.

**Art. 6º.** O contrato firmado de acordo com os termos desta Lei extinguir-se-á sem direito à indenização:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado;

III - quando o contratado incorrer em falta disciplinar;

IV - quando da homologação de concurso público para provimento dos cargos, na convocação dos aprovados, simultaneamente, para os casos específicos de carência de pessoal, excluindo os casos de contratação para suprir estado emergencial temporário.

**Art. 7º.** Os contratados na forma desta Lei serão segurados do Regime Geral da Previdência Social, conforme § 13 do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

**Art. 8º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, que serão suplementadas, se necessário.

**Art. 9º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE**

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Calçado, Estado do Espírito Santo, aos treze (13) dias do mês de Janeiro (01) do ano de dois mil e dezessete (2017).

**PUBLICAÇÃO OFICIAL**  
Publicado em 19/01/17  
*Adilson Antônio de Rezende Vieira*  
Chefe de Gabinete  
Decreto 5.497/2017

*JOSE CARLOS DE ALMEIDA*  
**JOSE CARLOS DE ALMEIDA**  
Prefeito Municipal